



GT 25. Corpo, gênero e sexualidade: presenças, ausências e urgências em tempos de retrocesso

Coordenador(es):

Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Silvana de Souza Nascimento (USP - Universidade de São Paulo)

Esta proposta busca mapear pesquisas situadas no diálogo entre os estudos de gênero, sexualidade, corpo e saúde. Partimos do pressuposto de que vivemos um contexto paradoxal. Por um lado, a expansão da produção têm possibilitado complexificar o conhecimento sobre relações de gênero, práticas sexuais, normatividades, sociabilidades, territorialidades, corporeidades, colaborando para uma resistência acadêmica à reprodução de formas de desigualdade estruturais e arcaicas na sociedade brasileira. Por outro lado, o avanço do neoconservadorismo e a ofensiva neoliberal ameaçam direitos sexuais e reprodutivos, provocam o desmonte do Estado e fragilizam as condições para a produção de conhecimento nas questões ligadas a gênero e sexualidade. Urge refletir sobre qual tem sido nossa agenda de pesquisa, que temas têm nos mobilizado e que assuntos têm tido menos espaço nos nossos fóruns de debate. Nesse sentido, o GT busca aglutinar trabalhos que nos ajudem a compreender práticas, identidades e saberes na contramão da heterocisnormatividade hegemônica, mas também modelos de heterossexualidade e masculinidade mais tradicionais, mainstream, ou até mesmo conservadores, que se colocam como força contrária à autonomia das mulheres e à defesa dos direitos humanos. As apresentações podem girar em torno de temas como contracepção, maternidade, aborto, HIV/Aids, diversidade sexual, transexualidade, transformações corporais, bissexualidade, mulheres lésbicas, relações raciais, entre outros.

Lésbicas enquanto sujeitas de direito das Políticas de Saúde

Autoria: Camila Rocha Firmino (Governo Federal)

O work proposto resulta da pesquisa de doutorado, ainda em curso, cujo objetivo é investigar por meio de um estudo etnográfico como os direitos lésbicos são mobilizados nas Políticas Públicas no Brasil, sobretudo na Política Nacional de Saúde Integral LGBT e na Política Nacional de Atenção Integral à Mulher. Essas políticas inserem-se em um contexto de ampliação das Políticas Sociais ocorrida no período dos governos petistas na Presidência da República (2003 a 2016). Para o escopo desse projeto interessa perceber quem são as lésbicas, como se afirmam e como se organizam na luta por direitos. Para tanto, busca-se a identificação de organizações, de grupos políticos, de militantes e de agentes públicos envolvidas na luta por direitos lésbicos e de como suas demandas foram incorporadas pelos governos petistas. A pergunta posta é: como as lésbicas tornam-se sujeitas de direito das Políticas de Saúde? Adicionalmente pretende-se problematizar o porquê de ser na saúde que as demandas por direitos LGBTs são mais facilmente incorporadas em comparação com outras políticas setoriais. A pesquisa etnográfica está sendo realizada por meio de análise documental e entrevistas semi-estruturadas com agentes públicos responsáveis pela elaboração e implementação das políticas em questão e com integrantes de movimentos sociais envolvidas no processo de elaboração das políticas de saúde voltadas às lésbicas. Atenção diferenciada a fim de melhorar o acolhimento e propiciar um atendimento mais adequado às lésbicas tanto no atendimento ginecológico quanto no cuidado com a saúde mental, uso de espéculo menor para possibilitar exames preventivos menos invasivos, inclusão de orientação sexual e identidade de gênero nos prontuários do Sistema Único de Saúde, fertilização assistida utilizando a estrutura de centros de serviços para sorodiscordantes, capacitação das/os profissionais de saúde e campanhas de informação para o segurança sexual entre mulheres são algumas das reivindicações que



aparecem em documentos e nas falas de interlocutoras militantes. É interessante notar que nessas falas ecoa o conceito de saúde integral, ou seja, a ?saúde como reflexo da condição social, da exclusão? no caso das lésbicas como ressalta uma das interlocutoras. Assim, esse artigo apresentará desde as narrativas de entrevistadas as concepções acerca dos direitos lésbicos no geral e de direitos lésbicos no campo da saúde pública, bem como as estratégias por elas adotadas para visibilizar suas pautas. Dessa maneira, pretende-se mapear o processo de constituição das lésbicas enquanto sujeitas de direito no Brasil e como tal processo redundou em uma articulação com o poder estatal que informou as políticas públicas em questão.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: